

VERÃO 2017

INFORMAÇÃO 27

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE CORUCHE E LÍMITROFES



25 ANOS
DE APFC

PÁG. 08

NOVA LEGISLAÇÃO
FLORESTAL

PÁG. 16

APFC
NA FICOR

PÁG. 18

NESTA EDIÇÃO

02 EDITORIAL: AGIR COM 5 SENTIDOS

04 NOTÍCIAS BREVES

06 NOTÍCIAS ZIF

08 25 ANOS DE APFC

12 AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

13 PROTOCOLO UNAC

14 PROJECTO MELHOR EUCALIPTO

16 "NOVA" LEGISLAÇÃO FLORESTAL

18 APFC NA FICOR

EDITORIAL

AGIR COM 5 SENTIDOS

RITA TAVARES BONACHO
PRESIDENTE



Por ocasião da celebração dos 25 Anos da APFC, no dia 11 de Março, no colóquio que organizámos, abordei o Tema - Plataformas de Comercialização na Fileira Florestal.

Essas plataformas electrónicas, concretamente de transacção de cortiça e da pinha, estão baseadas apenas em alguns registos de produtores, que com algum esforço, nos fazem o favor de ir cedendo informações!

No colóquio, com um formato de apresentação diferente, propus à plateia um exercício, e enumerei os 5 pecados do produtor florestal, onde eu mesma me critico: "os 5 menos" do produtor florestal.

- 1. O sigilo** - como sempre ouvimos dizer que "o segredo é alma do negócio"; mas neste caso será?
- 2. O julgar** - todos nós damos demasiado importância aos comentários dos nossos parceiros sobre os nossos negócios!
- 3. O exagero** - os excelentes negócios que ouvimos, que, pelo exagero, nos fazem desacreditar dos nossos parceiros de produção.
- 4. O dogmatismo** - verdades que não foram revistas ou criticadas, e que se tornaram verdades absolutas. Simplesmente não contestamos certos procedimentos, como é o caso, da forma como vendemos a nossa tiragem de cortiça! Salvo raras excepções, é o vendedor que toma a iniciativa no processo de compra, e muitos deles conhecem em pormenor, e com muita exactidão, as nossas cortiças, sabendo bem quanto vale o produto, como o querem comprar, e em que condições!
- 5. O receio** - Temos receio! Mas de quê? De um mau negócio? Será por desconhecimento do produto que estamos a vender? Hoje em dia temos à nossa disposição ferramentas de gestão, que nos ajudam a conhecer em pormenor os nossos produtos.

A amostragem da cortiça no mato, o relatório de apoio à gestão, e a certificação florestal, são elementos e informações, que para além da gestão sustentável que suportam, podem ser, de certo modo, um elemento diferenciador no acto da venda!

Mas afinal o que nos falta?

Falta-nos o conhecimento do Mercado! Falta-nos acesso a informação válida, pormenorizada, com qualidade e atempada. Faltam-nos Plataformas de Comercialização ou Transacção efectiva!

É exactamente neste patamar que estamos! Até onde se esgotam os modelos actuais de formas de comercialização? Será que podemos evoluir? Será que conseguimos partir para um modelo mais profissional, mais actual?

Temos meios para conhecer o nosso produto, qualificá-lo, quantificá-lo, valorizá-lo...

FICHA TÉCNICA BOLETIM INFORMATIVO SETEMBRO 2017

Propriedade Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes

Rua 5 de Outubro, 8
2100-127 Coruche
T. 243 617 473
E. apfc@apfc.pt

Design | Edição Gráfica | Impressão

IMA Agência Criativa
www.agenciaima.pt

Sendo assim, atrevo-me a enumerar 5 passos para uma comercialização bem-sucedida!

1. Segmentar - segmentar o mercado, dividindo-o em grupos de compradores potenciais que tenham semelhantes necessidades e comportamentos de compra.

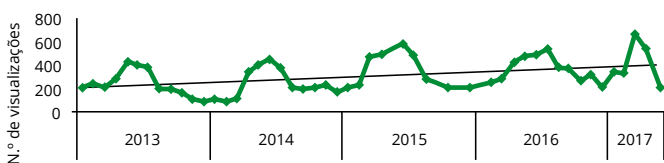
2. Contactar - contactar o mercado, comunicando com clareza, focando-nos nos clientes seleccionados, e preparando a apresentação do nosso produto; vamos criar relações e estabelecer metas de valores de venda reais!!

3. Vender - vender com segurança, acautelando todos os pormenores. Como disse, hoje em dia, temos acesso a informação relevante. Como exemplo, podemos referir a circular Anual da Campanha de Comercialização da Cortiça, emitida pela UNAC, caracterizando as tendências e posicionamento do mercado. No mercado do Pinha, a APFC, embora numa fase embrionária, elabora anualmente um comunicado, com base numa metodologia expedita de amostragem sobre o rendimento da pinha.

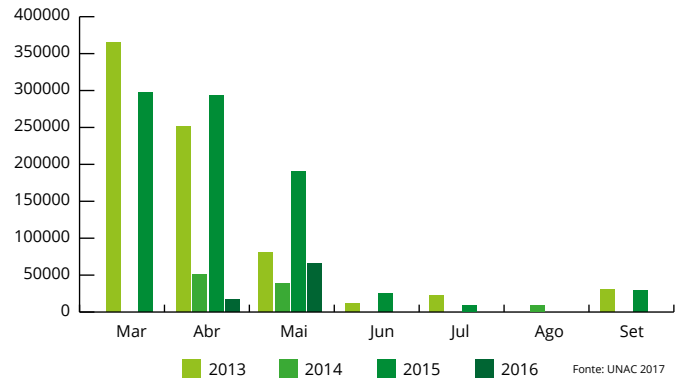
4. Concretizar - concretizar com atenção aos pormenores, aos detalhes, com exigência e presença no campo. Geralmente é no pormenor que está a diferença, e, neste passo, penso que o contacto com o departamento técnico da APFC, poderá fazer a diferença! A APFC dispõe de bons técnicos e de eficazes serviços de acompanhamento e avaliação em campo (acompanhamento da tiragem de cortiça, controlo de humidades e avaliação da % de bocados à extracção.. etc)

5. Divulgar - É o último passo, mas é simultaneamente o primeiro, visto que é através do conhecimento dos preços de mercado, dos pormenores de negócio, que poderemos fazer uma correcta avaliação e posicionarmo-nos. Este é talvez o passo mais importante e difícil para todos, mas sem o conhecimento do mercado, não podemos evoluir... é essencial que o façamos!!

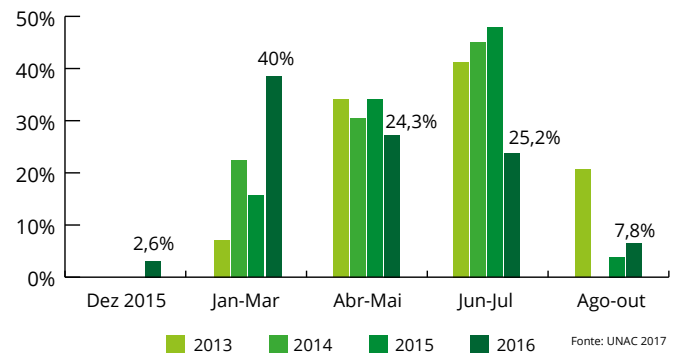
Enfim, todos já sabem que o cenário de compra mudou... muitas das vendas são realizadas cada vez mais cedo, e assistimos a um número considerável de cortiças vendidas desde o início do ano até Abril, existindo mais indústrias e intermediários no campo... a Indústria mudou de estratégia e a produção tem que antecipar e adaptar-se!! Se olharmos para o gráfico das visualizações da nossa plataforma electrónica da cortiça, podemos constatar estas alterações:



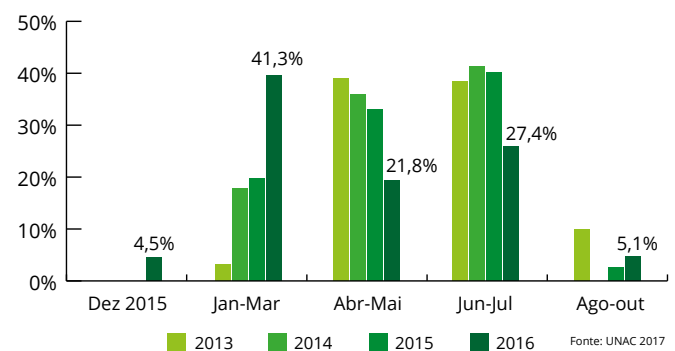
- os picos de visualização, tendem a iniciar-se cada vez mais cedo, existindo uma maior necessidade de obter informação, face à alteração do padrão de compra.



Se, conjuntamente com este gráfico, analisarmos as datas de colocação "on line" das informações de vendas partilhadas na plataforma, não restam dúvidas que estamos claramente num cenário diferente daquele que ocorria há 5 anos atrás!



Este gráfico reflete a evolução do n.º de vendas de cortiça ao longo da campanha, e o reforço da tendência de antecipação da "tradicional" época de compra.



O mesmo padrão é observado na evolução da quantidade de cortiça vendida com 41% da quantidade de cortiça a ser transacionada no 1.º trimestre.

A exigência de informação detalhada é cada vez maior, e os tempos que correm são de profissionalismo e de posicionamento! Encontrar uma boa fórmula não basta, é necessário implementar estratégias, que nos permitam prosseguir "Uma Floresta Sustentável, Profissional e Rentável"!

NOTÍCIAS BREVES

REGASUBER



www.regasuber.uevora.pt

A irrigação de sobreiros é um assunto cada vez mais abordado nos últimos anos, sendo referido como uma oportunidade de aumentar a disponibilidade de cortiça através da antecipação da idade de desbóia e do encurtamento entre os ciclos de produção de cortiça amadia.

O projecto Regasuber – Sobreiros em modo de produção intensiva e fertirrega (<http://regasuber.uevora.pt/>), desenvolvido numa parceria entre a Universidade de Évora, o grupo Amorim e a Fruticor, S.A. pretende abordar estas questões e clarificar como se desenvolvem os sobreiros regados, nomeadamente em termos de crescimento aéreo e radicular e de resposta fisiológica. Paralelamente o projecto engloba também uma análise económica associada às diferentes opções de fertirrigação no médio e longo prazo.

De acordo com o Dr. António Amorim o estabelecimento futuro de 50.000 ha de plantações de sobreiro fertirregadas, permitirá atingir uma produção de cortiça da ordem das 300.000 @ de cortiça, num horizonte de 20 anos ao invés dos 40 anos actuais. O maior constrangimento a este investimento é a ausência de financiamento da instalação de sistemas de rega no PDR2020, o que implica um custo inicial importante para os proprietários, para além da ausência de tecnologias de rega testadas para sobreiro.

A instalação do ensaio foi apresentada pela Dr.ª Joana Amorim da Fruticor, S.A., numa área aproximada de 6 ha, com diferentes sectores de rega que permitirão no futuro diferenciar tratamentos. Nesta fase de instalação, todos os tratamentos foram sujeitos a rega e fertilização.

Uma disponibilidade hídrica de 2.000 a 2.500 m³/ha/ano, foi referida pelo Prof. Nuno Ribeiro, como as necessidades do sobreiro, o que não implica dotações de rega equivalentes, pois estas necessidades podem ser supridas naturalmente pela precipitação e/ ou pelo acesso a lençóis freáticos. A sobrevivência das plantas foi de 89%, estando a mortalidade associada não a stress hídrico, mas sim à presença de ratos. A monitorização das condições meteorológicas e dos teores de humidade do solo (para um valor ótimo entre 6 - 17%) são fundamentais para decidir quando e quanto regar.

Independentemente das dúvidas associadas à qualidade da cortiça produzida nestes sistemas, foi salientada pelo Dr. António Amorim a importância de não criar mecanismos diferenciadores do preço das

cortiças obtidas em modo de produção intensivo, reforçando também uma alteração significativa do mercado de vedantes com transição da rolha natural para a rolha técnica. Se há quinze anos atrás no mercado dos vedantes em cortiça, a rolha natural representava 75% da cota, actualmente representa apenas 25%. Está prevista a realização de testes de vedação, tanto em rolhas naturais como em rolhas técnicas, produzidas a partir de cortiça da Herdade do Conqueiro, onde a fertirrigação desde 2002/03 permitiu antecipar a desbóia para os 8 anos e produzir cortiça rolhável passados 5 anos da desbóia, como foi transmitido pelo Eng. Francisco Garrett, proprietário da herdade.

Sabendo-se de antemão que a preocupação com a qualidade da cortiça está associada à rolha natural, poderemos estar a assistir a uma mudança de paradigma na produção de cortiça, numa opção por maior quantidade em detrimento da qualidade.



www.regasuber.uevora.pt

RESULTADOS PRELIMINARES:

- Maiores taxas de sobrevivência e crescimento dos sobreiros regados
- Ausência de influência da rega sobre a distribuição espacial das raízes
- Elevada influência da ripagem no desenvolvimento radicular em profundidade, apresentando as plantas mais raízes verticais do que horizontais, raízes mais profundas e mais biomassa radicular
- Maior condutância estomática no sector com maior disponibilidade hídrica (rega)
- A transpiração é minimizada nos períodos de maior calor, por fecho dos estomas, tanto nas plantas mais regadas como nas menos regadas
- Grande heterogeneidade no desenvolvimento das plantas (altura e estrutura de ramificação)

PDR 2020

A análise aos últimos dados do PDR 2020 (31 de Maio 2017) permite constatar que:

- 33% das candidaturas das medidas florestais estão decididas (face a 83% no investimento agrícola nas operações 311, 321 e 322);
- medidas florestais decididas com parecer favorável representam 1.196 candidaturas (face a 9.670 do investimento agrícola nas operações 311, 321 e 322) com 164 milhões de euros de investimento (face a 1.275 milhões de euros do investimento agrícola);
- 733 contratos de investimento florestal assinados (eram 120 em setembro e 485 em fevereiro) face a 7.988 contratos do investimento agrícola;
- taxa de decisões desfavoráveis é de 43% nas candidaturas florestais (para um universo de 1862 candidaturas decididas) e de 34% nas candidaturas agrícolas (para um universo de 13.930 candidaturas decididas).
- Foram pagos cerca de 40 milhões de euros de despesa pública (operações 813, 814, 815 e 816) quando a 31 de dezembro de 2016 estavam pagos 31,9 milhões de euros de despesa pública (cerca de 8 milhões de euros de despesa pública nos últimos 5 meses). A este valor acrescem os pagamentos da 811 (68 milhões de euros de des-

pesa pública), mas que representam, em larga medida, despesas de prémios e não de investimento.

	Nº CAND APRESENTADAS	TAXA DE CAND DECIDIDAS	Nº DE CONTRATOS
3.1.1 Jovens agricultores	5.177	85%	2.258
3.2.1 Investimento na exploração agrícola	7.758	81%	3.145
3.2.2 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	3.773	100%	2.585
SUB-TOTAL	16.708	86%	7.988
8.1.1 Florestação de terras agrícolas e não-agrícolas	1.162	23%	0
8.1.2 Instalação de sistemas agroflorestais	95	27%	0
8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	1.836	19%	126
8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	388	69%	147
8.1.5 Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	2.003	31%	186
8.1.6 Melhoria do valor económico das florestas	590	86%	274
SUB-TOTAL	6.704	33%	733

Fonte: PDR2020

PRÉMIO FLORESTA E SUSTENTABILIDADE



No seguimento de uma candidatura realizada em Dezembro de 2016 a APFC recebeu a 24 de Março na Fundação Calouste Gulbenkian uma menção honrosa do Prémio Floresta e Sustentabilidade, na categoria Associativismo.

Esta iniciativa promovida pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira em parceria com o Jornal de Negócios e o Correio da Manhã, contando com o apoio técnico da PwC e com o Patrocínio do Ministério da Agricul-

tura, tem periodicidade bienal e o seu objetivo é reconhecer e distinguir projetos sustentáveis e inovadores na área dos recursos florestais.

As candidaturas foram analisadas pela PwC e avaliadas por um júri reconhecido na área da floresta em Portugal, que selecionou os seguintes vencedores:

Associativismo

Vencedor: Abastena - Sociedade Abastecedora de Madeiras

Menção Honrosa: APFC - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes

Boas Práticas de Silvicultura

Vencedor: Herdade da Sanguinheira de Codes

Menção Honrosa: Unimadeiras

Projectos I&D

Vencedor: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

Sustentabilidade Florestal

Vencedor: Associação para a Certificação Florestal do Minho – Lima



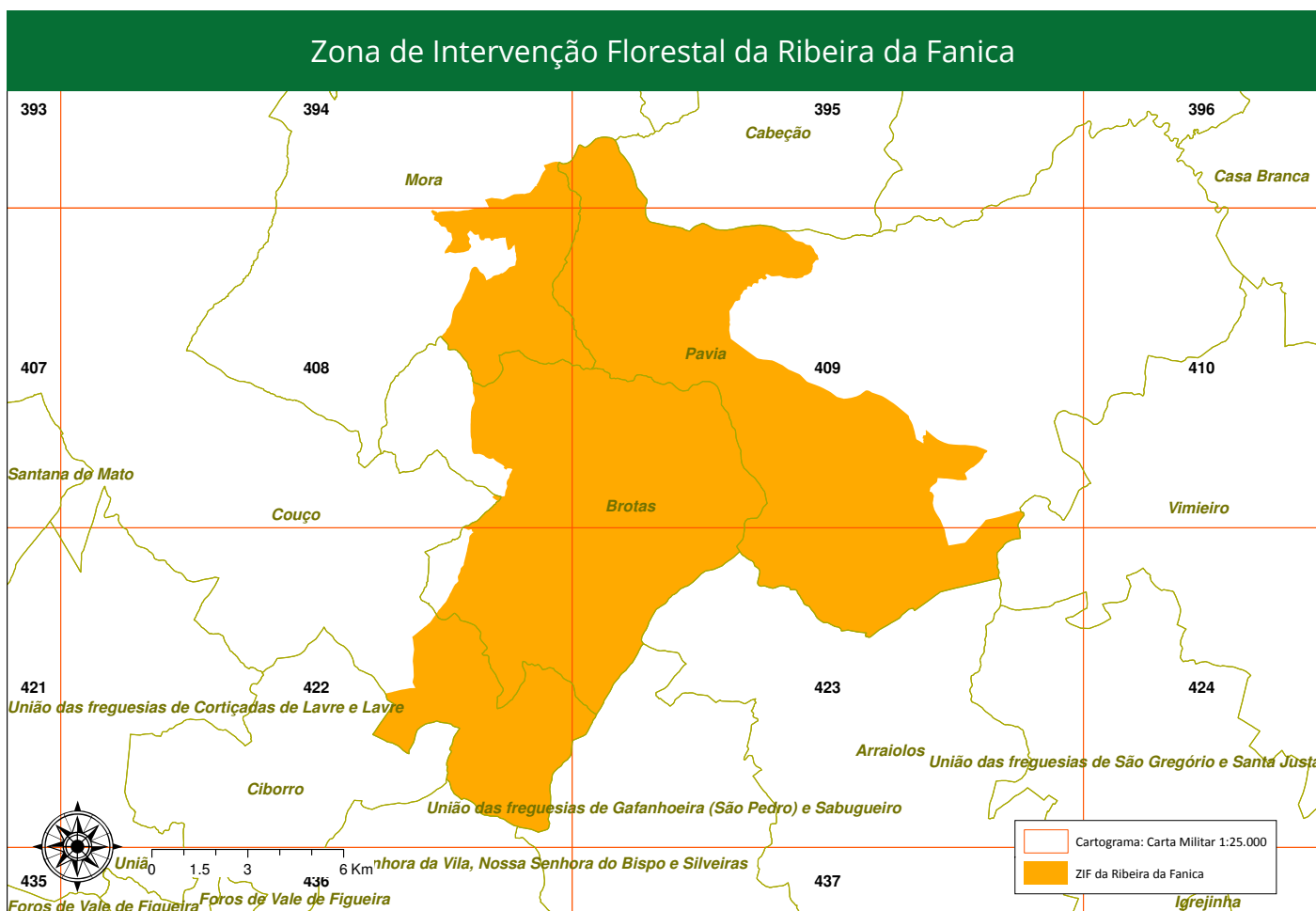
A CAP TEM NOVO PRESIDENTE

Eduardo Oliveira e Sousa, sócio fundador e atualmente o presidente da assembleia geral da Associação dos Produtores Florestais de Coruche e Limitrofes é o novo Presidente da CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal. A tomada de posse teve lugar a 19 de abril na sequência da eleição dos titulares dos órgãos sociais da Confederação, nomeadamente mesa da assembleia geral, direção e conselho fiscal, para o triénio de 2017 a 2020, sucedendo assim a João Machado que ocupou o cargo durante 18 anos.

NOTÍCIAS DA ZIF

Passados quase oito anos da constituição da primeira Zona de Intervenção Florestal (ZIF) gerida pela APFC e já com 5 ZIF em funcionamento, demos início este ano ao processo de constituição de mais duas ZIF: a ZIF da Ribeira da Fanica, maioritariamente localizada no concelho de Mora e a ZIF da Ribeira de Canha que abrange parte dos concelhos de Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Montijo.

	Concelhos / Freguesias abrangidos	Área (ha)
ZIF Ribeira da Fanica	Mora / Brotas, Pavia e Mora Coruche / Couço	19 264
ZIF Ribeira de Canha	Montemor / Ciborro; Foros de Vale de Figueira; Cabrela; UF Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras; UF Cortiçadas de Lavre e Lavre Montijo / Canha e UF Pegões Palmela / UF Poceirão e Marateca Vendas Novas / Landeira e Vendas Novas	69 957



De acordo com a legislação, a constituição de uma ZIF faz-se em 5 etapas. Estas têm como objetivo dar conhecimento da ZIF a constituir a todas as partes interessadas, dando-lhes a possibilidade de se pronunciarem sobre a mesma.

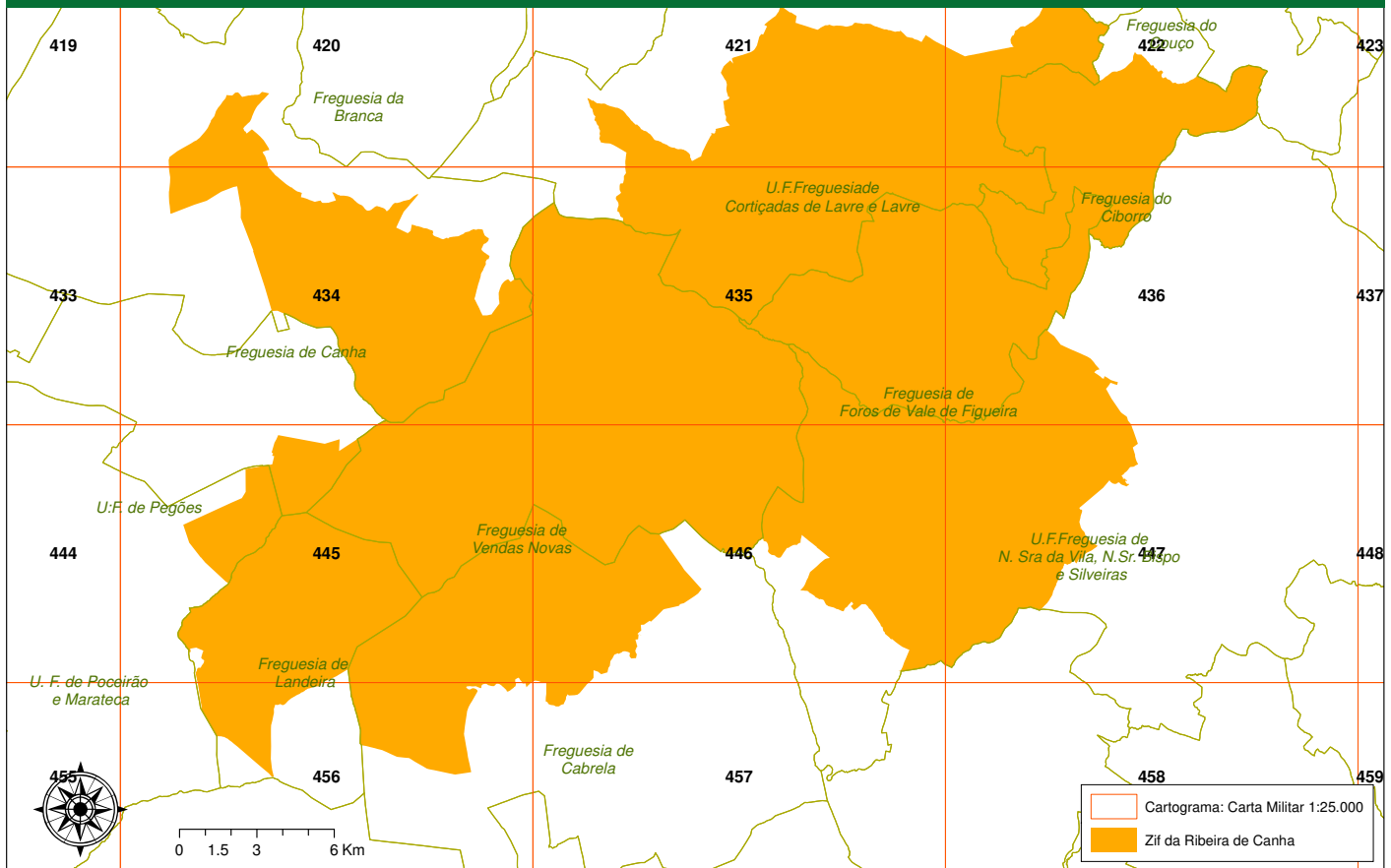
Etapas de constituição da ZIF	Zif da Ribeira de Canha e ZIF da Ribeira da Fanica
Núcleo Fundador	• Fev 2017
Reunião de Consulta Prévia	• Março 2017
Consulta Pública	• 13 Abril a 3 Maio 2017
Reunião de Audiência Final	8 Junho 2017
Requerimento para constituição da ZIF	A apresentar

O Requerimento para Constituição da ZIF, a apresentar ao ICNF apenas pode ser remetido quando os aderentes representem pelo menos 50% da área florestal da ZIF. Adira já! Contacte a APFC.

Mas afinal o que é uma ZIF e para que serve?

Por definição, uma ZIF é uma “área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um plano de gestão florestal e a um plano específico de intervenção florestal e administrada por uma única entidade” (In Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto – que estabelece a criação das ZIF).

Zona de Intervenção Florestal da Ribeira de Canha



Principais objetivos de gestão das ZIF geridas pela APFC:

- Defender a Floresta Contra Incêndios
- Defender a Floresta Contra Pragas e Doenças
- Promover a conservação do solo e da biodiversidade
- Aumentar a vigilância da floresta

Trata-se de uma gestão a um nível superior, de acordo com a área territorial abrangente e não ao nível da propriedade.

Sabemos que o fogo e as pragas e doenças não conhecem os limites das propriedades. Ainda que um proprietário faça uma gestão cuidada da sua propriedade, se os seus vizinhos não o fizerem, de pouco serve. É por isso necessário fazer uma gestão mais abrangente e integrada.

A administração de uma ZIF pode pois ser comparada à administração de um condomínio onde existem áreas de gestão comum como a segurança, manutenção, limpeza etc.. e áreas de gestão privada. Também numa extensa área florestal existem questões que podem e devem ser geridas em comum.

Com o objetivo de pôr em prática esses objetivos comuns, foram submetidas várias candidaturas a fundos comunitários de forma a obter financiamento para a sua implementação. Estes projetos abrangem as áreas de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) e Defesa da Floresta contra Pragas e Doenças (DFCPD).

	Defesa Floresta Contra Incêndios (a)	Defesa da Floresta Contra Pragas e Doenças(b)
ZIF 54 Charneca da Calha do Grou	Projetos em curso	Aprovados A iniciar no outono 2017
ZIF 88 Ribeiras da Lamarosa e Magos		
ZIF 131 Erra	Aprovado	
ZIF 137 Baixo Sorraia	Sem projeto	
ZIF 139 Divor		

(a) Projetos DFCI – Abertura de Faixas Estratégicas de Gestão de Combustível para redução da dimensão e intensidade do fogo.

(b) Projetos DFPCD – Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro e Recuperação de Montados de Sobre.

...ainda outras vantagens para os produtores

- Isenção de IMI e IMT;
- Melhor pontuação nas candidaturas a fundos comunitários (PDR2020);
- Isenção da obrigação de ter Plano de Gestão Florestal (PGF) da sua propriedade, usufruindo do PGF da ZIF.



25 ANOS DE APFC

A Associação começou em torno da cortiça (mais do que do sobreiro). Tanto que até esteve para se chamar Associação de Produtores de Cortiça. O seu arranque pode-se resumir a um único assunto na agenda: a indústria não pagava o que a cortiça valia. Deste facto resultava o estado de grande decrepitude de áreas significativas de montado de sobreiro, a elevada mortalidade do sobreiro em muitas zonas de produção e a notória ausência de regeneração em quantidade suficiente para repor o que se ia perdendo.

A solução do problema, no entender dos sócios fundadores, mais do que reivindicar preços junto de uma indústria surda e poderosa passava por um melhor conhecimento do valor das cortiças das explorações. Para isso desenvolveu uma metodologia de amostragem dos montados com cortiças em idade de extracção e uma fórmula para calcular o seu preço.

A "Determinação Provável do Preço da Cortiça no Mato", assim se chama o serviço prestado com aquele objectivo, foi a raiz do tudo o que é hoje a Associação. Pelo trabalho que obrigou a desenvolver, proporcionou à Associação um conhecimento único e inigualável no que à cortiça diz respeito e que possibilitou o desenvolvimento de um projecto industrial de transformação de cortiça, a Equipar. Sem ter nenhuma ligação directa à Equipar – alguns accionistas da Equipar nem sequer eram Associados e muitos Associados não eram accionistas – a Associação beneficiou bastante dos conhecimentos por ela proporcionados e que dificilmente obteria de outra forma. Tudo isto consolidou ainda mais a sua posição relevante no sector. Que melhor prova do sucesso, do que ver quem diz mal, a indústria – nem toda – a fazer o mesmo que nós fazemos... apesar de continuar a dizer mal!

Muito embora o ponto único da agenda inicial da Associação dominasse e absorvesse a totalidade da inexistente estrutura da casa, outros assuntos começaram a aparecer e a desenvolver-se muito por iniciativa dos Associados. Afinal a Associação não era só de produtores de cortiça...

Ainda em 1992, no final do ano, surgiu a ideia de fazer um projecto global de reflorestação das áreas ardidas, em 1991, nos concelhos de Coruche e Salvaterra de Magos, num total de cerca de 5.000 ha e, aproximadamente, 30 proprietários. Entendeu-se que seria vantajoso para os proprietários participarem de um projecto conjunto porque beneficiariam de taxas de apoio superiores às que teriam se o fizessem individualmente. Além disso, as acções de reflorestação poderiam ser menos dispendiosas, dada a grande escala de execução, e o ordenamento de uma tão grande superfície, sobretudo ao nível da rede divisional, poderia ser melhor planeado do que individualmente em pequenas parcelas. Como vantagem adicional do projecto conjunto poder-se-ia ainda conseguir um aumento da área de eucaliptos – essa árvore maldita que nunca deveria ter vindo para Portugal e à qual voltarei mais adiante – pretendido por grande parte dos proprietários e à qual estava vedada a arborização em terrenos percorridos por incêndios. Contudo, como no cômputo geral havia áreas ardidas de eucaliptos para as quais os proprietários não queriam voltar a instalá-los, seria possível, mediante negociação com a administração pública e dada a relevância do projecto, transferi-las para outras áreas.



O projecto foi elaborado, as negociações foram favoráveis à Associação e o projecto ficou concluído... dez anos depois! Destes, o período de execução levou pouco mais de dois anos, o resto foram enleios burocráticos e administrativos que permitiram conhecer de forma pormenorizada o modo de funcionamento da administração pública, nomeadamente que quando o funcionário embirra – e isso acontece pelas razões mais insólitas, como por exemplo, ler na legislação o que lá não está – há que ultrapassar essa embirração e esperar pela próxima que pode ser do mesmo ou de outro funcionário qualquer. Valeu à Associação a paciência e a compreensão dos proprietários, nem todos Associados que, na sua maioria, foram aguardando a conclusão da provação em que se viram metidos.

Estas duas iniciativas, a Determinação do Valor Provável da Cortiça no Mato e o Projecto de Reflorestação da Áreas Ardidas nos Concelhos de Coruche e Salvaterra de Magos, as primeiras desenvolvidas pela Associação têm resultados, no mínimo, curiosos. Aquela implicava fornecer um preço de mercado sem estar, propriamente, no mercado: a Associação não pretendia comprar nem vender cortiça. Além disso, o risco de calcular um valor de venda com base numa amostra pode ser muito elevado numa matéria-prima tão heterogénea como a cortiça. Pode-se por isso dizer que era uma iniciativa que tinha tudo para dar errado... e deu certo! A segunda, fazia todo o sentido, não implicava adquirir novos conhecimentos, não tinha qualquer risco e só não deu errado devido à proverbial paciência nacional.

Porque aconteceu assim? A minha explicação, longe de ser receita, tem a ver com o facto da primeira ir ao encontro de uma necessidade sentida pelos produtores, enquanto a segunda resultou de uma ideia da própria Associação. Numa situação, a casa começou pelos alicerces, enquanto na outra começou pelo telhado. Talvez seja demasiado simplista e não totalmente correcto este raciocínio até porque existe um “por-maior” na segunda iniciativa que a primeira não tinha: o Estado.

O Estado, nas suas múltiplas componentes, é sempre parceiro a evitar... É inconstante, imprevisível, complicador... (por aqui me fico, para não adjectivar em crescendo!). Por vezes é tentador “encostar-se” a parceiro tão poderoso...

Contudo, a melhor maneira de lidar com parceiros assim é não depender deles, em particular, financeiramente. A nossa história associativa (recente) está cheia de exemplos de organizações que, em qualquer momento das suas vidas ficaram dependentes do Estado e o desfecho é conhecido.

A forma de estar da Associação de Produtores Florestais de Coruche ao longo destes 25 anos é o exemplo oposto. Trabalhar para os Associados produtores florestais, que são a razão da sua existência e não para o Estado, identificar ou ouvir as suas necessidades, que basicamente se resumem a aumentar o rendimento das explorações associadas e apontar e desenvolver soluções que permitam alcançar esse aumento de rendimento, com base num conhecimento técnico e/ ou dos mercados que eliminem as causas que o limitam, tem sido a receita para o sucesso. Normalmente, com organizações assim, é o Estado que quer ser parceiro, o que faz toda a diferença e é a melhor garantia da persistência da APFC.

Com esta visão, espero voltar a ser convidado para escrever sobre os 50 anos da Associação...

Miguel Teles Branco

11 de Março de 2017 COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS DA APFC



Num dia que se revelou cheio de surpresas e momentos inesperados, certamente que a data de 11 de Março ficará na memória de muitos de nós, como um dia bem passado e em que a APFC conseguiu, mais uma vez, reinventar-se e surpreender os seus Associados e Amigos. Pelo menos foi esta a mensagem geral que todos nos transmitiram no dia e nas semanas seguintes ao evento.

Certamente que entre a equipa responsável pela organização do evento, será sempre memorável o esforço e o empenho de todos (e todas!) na preparação cuidadosa dos diversos conteúdos. Os únicos lamentos que se ouvem são a pena da ausência de um registo mais profissional do momento, tanto nas fotos como em filmagens. Fica para as comemorações dos 50 anos!

Para todos os que não puderam estar presentes, deixamos aqui um breve registo fotográfico da conferência “APFC - 25 Anos de Inovação”, do almoço comemorativo na Quinta Grande e da entrega de prémios aos sócios fundadores da APFC.

O filme sobre a APFC pode ser visualizado no youtube
www.youtube.com/watch?v=ZNhy-KGr5-s







ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO



A Equipa de Sapadores Florestais da APFC durante 17 dias do mês de Março esteve em Serviço Público a realizar acções de silvicultura preventiva na encosta da Quinta do Lago em Coruche. Esta área é caracterizada por ter um declive acentuado, onde se verifica uma elevada continuidade de combustíveis tanto horizontal como vertical o que potencia o risco de incêndio.

Esta parcela é ocupada por um povoamento misto de sobreiros, pinheiro manso e bravo, freixos, loureiros, zambujeiros e medronheiros.

No estrato arbustivo verifica-se a presença abundante de murta (*Myrtus communis*), aroeira (*Pistacia lentiscus*) e lentisco (*Phyllirea latifolia*), giesta (*Spartium junceum*), trovisco (*Daphne gnidium*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), sargaço (*Cistus salviifolius*) e arruda (*Ruta graveolens*). No estrato lianoide surge a salsaparrilha (*Smilax aspera*) e a roseira brava (*Rosa sempervirens*). Pontualmente nas zonas mais húmidas surgem alguns silvados e canas.

Com o objectivo de diminuir o risco de incêndio desta área e de manutenção do potencial de conservação da mesma, a Equipa de Sapadores Florestais realizou várias acções de silvicultura preventiva:

- Marcação da regeneração natural de sobreiro
- Marcação da vegetação arbustiva a manter;
- Selecção de árvores de futuro;
- Podas de formação;
- Limpeza manual com motorroçadora da vegetação competitiva ou alheia ao povoamento.

No dia 28 de Março na mesma área foi feita uma acção de sensibilização em conjunto com o Município de Coruche, para crianças com idades entre os 4 e os 6 anos (pré-escolar) do jardim-de-infância da Quinta do Lago, onde o objectivo principal foi sensibilizar as crianças para a necessidade de defesa da floresta e preservação das espécies autóctones.

As crianças plantaram uma árvore (medronheiro ou sobreiro) e foram colocados três ninhos artificiais para nidificação de aves.

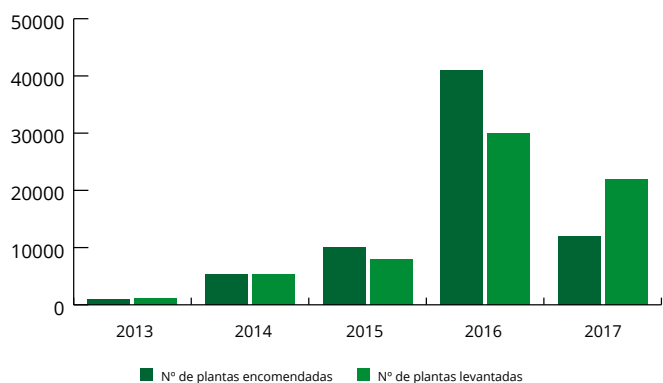


PROTOCOLO UNAC

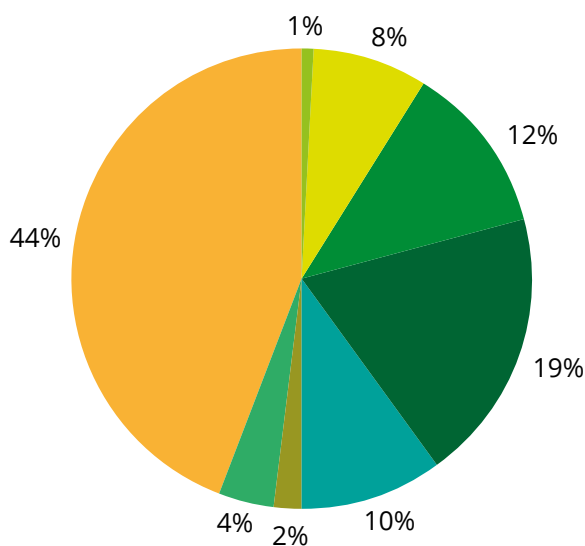
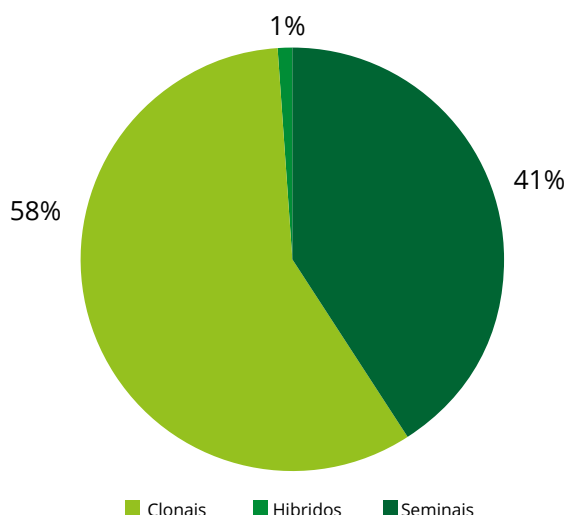
The Navigator Company para cedência de plantas de plantas de eucalipto

Existe desde a campanha de 2013/2014 um protocolo celebrado entre a UNAC e a The Navigator Company, que permite aos sócios das organizações de produtores florestais filiadas na UNAC terem acesso a plantas de eucalipto a preços mais vantajosos.

No total, já foram transacionadas 670 499 plantas entre os viveiros e os sócios da APFC, considerando plantas clonais, seminais e híbridos, desde Dezembro de 2013 até Abril de 2017.



Fazendo a comparação entre as plantas encomendadas por ano e as efetivamente plantadas por ano, verifica-se que houve um planeamento mais antecipado das plantações a partir de 2015, com encomendas já realizadas para o ano seguinte. As plantas mais procuradas no âmbito deste protocolo são as plantas clonais e seminais, 58% e 41% das plantas encomendadas. As primeiras são as preferidas pelos produtores florestais, tendo a maioria dessas plantas sido encomendadas para arborizações localizadas no concelho de Coruche.



As plantas seminais são as segundas mais procuradas, principalmente pelos produtores florestais com parcelas de menor dimensão, ou que realizaram as encomendas tardiamente não tendo conseguido obter plantas clonais. O destino das plantas comercializadas centrou-se em 8 concelhos, conforme se pode ver no gráfico. Os concelhos que se destacam são aqueles em que a actividade da APFC mais se destaca, Coruche e Salvaterra totalizando 63% das vendas.

- Alcácer do Sal
- Benavente
- Chamusca
- Coruche
- Crato
- Montemor-o-Novo
- Montijo
- Salvaterra de Magos

Este protocolo pretende continuar a incentivar o uso de material genético de melhor qualidade, bem como promover o aumento da produtividade dos novos povoamentos.

PROJECTO MELHOR EUCALIPTO

Respeito ambiental, ganho natural



No passado dia 12 de Abril teve lugar em Coruche a segunda acção de informação do Projecto Melhor Eucalipto, dinamizada pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira (www.celpa.pt/melhoreucalipto/).

Nesta sessão de apresentação do projecto pelo Eng. Francisco Goes da CELPA, transmitindo uma preocupação crescente da indústria na disponibilização de informação sobre as boas práticas a implementar em termos de instalação e manutenção dos eucaliptais, foram também abordadas as temáticas da Certificação da Gestão Florestal e da legislação aplicável à arborização e rearborização com eucalipto no âmbito do RJAAR – Regime Jurídico Aplicável às Acções de Arborização e Rearborização.

A escolha das plantas, da melhor época de plantação em função das características do local e o controlo da vegetação espontânea foram alguns dos assuntos abordados pela Eng. Clara Araújo da ALTRI. Entre as várias opções, a planta pode ser:

- Seminal, normalmente mais resiliente às diversas condições ambientais, mas com menor potencial de produtividade;
- Clonal, com maior potencial de produtividade, mas também mais sensíveis às condições ambientais;
- Híbridos, normalmente decorrentes de cruzamentos controlados entre duas espécies de eucaliptos, tentando juntar determinadas características das duas espécies;
- Plantas melhoradas, que são também plantas seminais, mas onde ocorreram cruzamentos controlados entre indivíduos conhecidos, também para obtenção das melhores características de ambos.

Um exemplo da importância da escolha das plantas coloca-se em locais com elevados ataques de *Mycosphaerella* (doença das manchas

das folhas), onde se devem seleccionar plantas que mudem rapidamente a folha juvenil para adulta, dado que esta última é mais resistente a esta doença. Neste caso, também a prática de fertilização acelerada a mudança da folha e confere maior resistência.

PLANTAÇÃO

De preferência em compassos quadrados, as densidades de instalação variam entre as 1.000 e as 1.400 plantas / ha, consoante as zonas de plantação têm menor ou maior aptidão para o eucalipto, respectivamente, e devem incorporar, sempre que necessário, uma adubação de fundo com NPK e Ca. Na maioria das situações a plantação é feita recorrendo a um tubo de plantação para garantir um correto posicionamento da planta no solo e em algumas situações com humedecimento prévio do torrão por imersão em água.

FERTILIZAÇÃO

Depois da plantação, a 1ª rotação (período que medeia a plantação e o primeiro corte) é a mais importante de todas, pois é quando ocorre o principal desenvolvimento das raízes, que vão suportar e alimentar a árvore na 2ª e 3ª rotações. A fertilização de manutenção deve concentrar-se nos primeiros quatro anos, que é quando o crescimento é mais intenso tendo como consequência maiores necessidades nutritivas.

As necessidades de fertilização têm de ser ponderadas caso a caso, em função da disponibilidade de nutrientes no solo e também equacionando o custo benefício das mesmas em função do acréscimo potencial de produtividade esperado. Plantas de primeiro ano com crescimento reduzido, podem ter falta de azoto, tal como plantas de 3 a 4 anos com copas reduzidas também podem estar a sofrer de deficits nutritivos, que levam a uma perda antecipada de folhas para equilibrar a dimensão da copa disponível com os nutrientes existentes no solo (processo semelhante se verifica nas situações de stress hídrico).



Figura 1: Exemplo de um eucaliptal em bom estado vegetativo, com copas vigorosas e elevada área foliar



Figura 2: Exemplo de um eucaliptal em pior estado vegetativo, visível pela menor quantidade de folhas, copa "subida" e reduzida

A adubação inicial (1º ano) com sulfato de amónio pode ser feita no início da Primavera, mas se a opção for pelo nitrolusal, já deve esperar pelo final da Primavera, dado que neste caso os nutrientes estão mais rapidamente disponíveis para a planta sendo facilmente lixiviados em caso de ocorrência de precipitação.

A 2ª e última adubação ocorre normalmente 2 anos depois da 1ª e está dependente da avaliação visual das plantas e das eventuais carências nutritivas que existam.

A adubação deve ser de cobertura ou localizada, sem realização de gradagem para não diminuir a quantidade de raízes e a capacidade de absorção de água e nutrientes.

OPERAÇÕES A EVITAR:

- Apesar da remoção da toixa ser uma prática que facilita a mobilização posterior do terreno, não é aconselhada pelo potencial efeito depreciativo sobre a qualidade do solo, tanto em termos de estrutura como pela perda de nutrientes. Este aspecto é particularmente relevante em solos pobres em matéria orgânica, como é o caso dos solos mais comuns no concelho de Coruche;
- A desramação de eucaliptais é também uma prática tradicionalmente realizada em algumas regiões do nosso País, mas que não tem uma justificação técnica para existir e acarreta custos adicionais desnecessários;
- Abertura de covas de plantação com retroescavadora.

CONTROLO DA VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA

Esta operação pode ser feita mecanicamente na entrelinha, com gradagem realizada no cedo (Outubro/ Novembro). Evitar gradagens primaveris pela perda de raízes e aumento do risco de stress hídrico, em situações de solos pobres em matéria orgânica e reduzidas capacidades de retenção de água.

Na linha de plantação, caso se justifique, deve ser feito um controlo motomanual ou químico da vegetação espontânea envolvente. A opção pelo químico tem de ser ponderada em função das características do local e da necessidade desta intervenção, recorrendo a glifosatos de aplicação homologada para o eucalipto e a prestadores de serviços credenciados para esta actividade. As doses de aplicação variam entre os 7 e os 10 litros/ ha consoante o produto usado e o desenvolvimento da vegetação, sendo sempre mais eficiente uma aplicação nas fases pouco lenhosas da vegetação.

Mais informações em: www.celpa.pt/melhoreucalipto/
Em caso de dúvida, consulte a sua Associação de Produtores.

Próximas acções de formação e seminários 2017

Formação de Encarregados Florestais	Organização, APFC	Novembro
Formação de Gestores Florestais	Organização, APFC	Outubro
Seminário de Encerramento dos 25 Anos APFC	Organização, APFC	Novembro

“NOVA” LEGISLAÇÃO FLORESTAL

Desde Outubro de 2016, após o Conselho de Ministros realizado na Lousã sobre matéria florestal, que muita tinta rolou por páginas e páginas de artigos, muitas opiniões foram deitadas ao sabor do vento. Durante estes últimos meses, decorreu a discussão pública sobre a “Reforma Florestal”, onde segundo o Ministro da Agricultura, foram ouvidas todas as entidades públicas, privadas, a própria sociedade Civil, e de onde saíram mais 600 contributos que foram incorporados nos vários diplomas aprovados nesse Conselho de Ministros.



Chegado o Dia Mundial da Árvore, foram aprovados em Conselho de Ministros os diplomas alterados com as contribuições dos cidadãos.

Das 10 medidas legislativas colocadas a discussão pública e posteriormente aprovadas, resultaram propostas de lei e decretos-lei que seguiram para discussão na Assembleia da República. Entretanto, durante este verão em que a floresta tem estado na boca de todos, têm vindo a ser publicadas a maior parte dessas medidas.

Como já foi referido noutros artigos, a reforma florestal assenta em 3 temas:

1. Titularidade da propriedade
2. Gestão e ordenamento florestal
3. Defesa da floresta

1. Titularidade da Propriedade Florestal

- Criação de um **Sistema de Informação Cadastral Simplificado** - Publicado (Lei n.º 78/2017 de 17 de Agosto).

Visa promover a elaboração e/ou atualização do cadastro rústico e urbano, através da simplificação do processo de identificação dos prédios e do seu registo gratuito até 31 de Dezembro de 2019. Nesta fase vai funcionar na forma de projeto-piloto, aplicável apenas nas zonas afetadas pelos grandes incêndios deste ano (concelhos identificados no artigo 31.º da Lei).

- Definição do regime aplicável aos **baldios** e aos demais **meios de produção comunitários**. Publicada (Lei n.º 75/2017 de 17 de Agosto);

- Criação de um Banco de terras – aguarda publicação

Será criado um **Banco de Terras**, onde inicialmente será colocado todo o património do Estado, independentemente do ministério a que pertence. Este Banco de terras será reforçado posteriormente com os terrenos que, findo o período de registo dos mesmos (Sistema de Informação Cadastral Simplificado), sejam considerados como sem dono conhecido. O Estado fará a gestão destes terrenos ou poderá ceder a Entidades de Gestão Florestal ou outras para os gerir. Contudo esta cedência / transacção não é de todo definitiva, podendo a qualquer momento (durante 15 anos após o término do prazo para os registos), desde que comprovada a titularidade, as terras serem restituídas aos seus legítimos proprietários ou descendentes destes.

Com os valores obtidos através das vendas e arrendamentos do património entregue ao Banco de Terras é criado o **Fundo de Mobilização de Terras**, cujo objectivo será a aquisição de novo património colocando-o posteriormente para venda / arrendamento.

2. Gestão e Ordenamento Florestal

Neste tema, foram aprovadas várias medidas:

- Criação do regime jurídico de reconhecimento das **Entidades de Gestão Florestal** (EGF) - Publicado (Decreto-Lei n.º 66/2017 de 12 de Junho):

Estas entidades terão como objetivo promover e facilitar a gestão conjunta dos espaços florestais, segundo os princípios da gestão florestal sustentável. Cada EGF pode gerir uma área não inferior a 100 ha, maioritariamente de minifúndio (+ de 50 % da área é ocupada por prédios com área média inferior a 5 ha).





- Alteração do regime de criação das **Zonas de Intervenção Florestal** (ZIF) - Publicado (Decreto-Lei n.º 67/2017 de 12 de Junho):

Entre outras alterações, define o limite máximo de 20.000 ha para a constituição de novas ZIF e deixa cair a figura do Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF), aumenta para 3 anos o prazo para apresentação do Plano de Gestão Florestal (PGF), define o prazo de 1 ano para criação do fundo comum da ZIF.

- Alteração do regime jurídico dos **Planos de Ordenamento, de gestão, e de intervenção de âmbito florestal** - Publicado (Decreto-Lei n.º 65/2017 de 12 de Junho)

Esta alteração atribuirá às Câmaras Municipais o poder de decisão sobre os usos do solo; contudo para que este poder lhes seja atribuído os municípios terão de transpor para os seus Planos Directores Municipais (PDM), as normas dos referidos PROF. Só depois desta transposição os municípios poderão decidir relativamente à floresta.

- Define um regime para instalação de **centrais de biomassa** a ser geridos pelos municípios – Publicado (Decreto-Lei n.º 64/2017 de 12 de Junho). Define os critérios de escolha dos municípios cuja lista será publicada pelos membros do governo da área da protecção civil.

- Criação da Comissão para os Mercados e Produtos Florestais - Publicado (Despacho n.º 3088/2017 de 12 de Abril). Esta comissão, que terá a duração de um ano, será presidida pelo Secretário de Estado das Florestas, e tem como objetivo conciliar as estratégias de regulação de mercado no que respeita aos recursos florestais de modo a potenciar uma maior valorização dos produtos florestais e, consequentemente, a rentabilidade obtida com os mesmos.

- **Alteração do Regime Jurídico das Ações de Arborização e de Rearborização** – Publicado (Lei n.º 77/2017 de 17 de Agosto).

O grande objetivo da revisão deste regime jurídico é dar cumprimento ao estabelecido na mais recente **Estratégia Nacional para as Florestas** que pretende impedir o aumento das áreas de eucaliptal a nível nacional e realocar o mesmo em áreas mais produtivas. Passam a ser proibidas as novas plantações de eucalipto com exceção das que sejam instaladas no âmbito de um projeto de compensação (deslocação de áreas menos produtivas para áreas mais produtivas para o eucalipto, com reduções que podem ir dos 10 até aos 50% da área)

desde que devidamente autorizado pelo ICNF. Esta revisão passa a vincular os pareceres das câmaras municipais, após as revisões dos PDM (Plano Diretor Municipal) para inclusão das normas dos PROF, bem como concede maior poder de decisão e fiscalização aos municípios. Esta lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

3. Defesa da Floresta

Nesta temática foi criado um conjunto de instrumentos que integram a prevenção, a vigilância e o combate a incêndios e outras calamidades na floresta:

- Aprovação do primeiro **Programa Nacional do Fogo Controlado** – Publicado (Resolução do Conselho de ministros n.º59/2017 de 8 de Maio); o ICNF terá como missão definir um Plano Nacional de Fogo Controlado, a implementar com o objetivo de redução da área ardida anualmente;

- Abertura do concurso para a **constituição de 20 equipas de sapedores florestais** no território do continente – Publicado (Despacho n.º2434-B/2017 de 20 de Março de 2017);

- Alteração do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios** - Publicada (Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto). Apresenta uma série de alterações à legislação anteriormente em vigor nas diversas áreas abrangidas.

A APFC está atenta à entrada em vigor das novas legislações que possam trazer alguma implicação para os seus associados. Contacte a equipa técnica em caso de dúvida.



A APFC NA FICOR



Francisco Gomes da Silva, Nuno Canada, Joaquim Lima e Paulo Tenreiro

Este ano a Ficor, Feira Internacional da Cortiça, foi palco de novas iniciativas.

A par do formato que vínhamos mantendo ao longo destes 9 anos de colaboração na organização deste evento com a Câmara Municipal de Coruche, a APFC promoveu várias ações:

- Sobre o Tema "Todos Pelo Sobreiro", uma conferência com o Poder Político.

Representantes dos vários Grupos parlamentares, sob a moderação da jornalista Ana Suspiro, debateram sobre o Montado, o Sobreiro enquanto Árvore Nacional, a sua legislação e a sua sustentabilidade associada.

Como resultado, estreitaram-se relações, estabeleceram-se contactos, para que de uma forma simples e mais direta, se estabelecesse uma linha de comunicação, entre a produção e o poder político.... muito está por fazer neste sentido e este foi apenas um primeiro passo!

A APFC enquanto organizadora deste debate, foi reconhecida de uma forma unânime por todos os deputados, pela iniciativa inédita de chamar à mesa o poder político, para em conjunto se promover o diálogo direto com a produção.

Aguardemos os resultados, mantendo vivas estas linhas de comunicação, tentando contra todas as vicissitudes do sistema político, apresentar soluções positivas e que se traduzam em mais-valias efetivas para a produção nacional.

- Sobre o Tema "Um Brinde à Cultura, ao Património e à Natureza", a par com as comemorações do "Ano Internacional do Turismo Sustentável", a Câmara Municipal de Coruche em colaboração com a APFC, promoveram um debate sobre "Vinhos Sustentáveis", no lançamento do espaço "Wine & Cork".





António Rios de Amorim, António Alberto Gonçalves Ferreira, Eduardo Oliveira e Sousa, Rita Tavares Bonacho, Joana Paulo, Dionísio Mendes e António Gonçalves Ferreira

Com a moderação de Nuno Oliveira, Gestor de Ecossistemas da Esporão S.A., estiveram presentes em formato de mesa redonda Ângela Morgado, Coordenadora do programa Mediterrâneo da WWF, Pedro Batista, Enólogo da FEA, Jorge Seródio Borges, Enólogo da Wine & Soul e João Caldeira Gonçalves, Administrador da Companhia das Lezírias.

Como convidados expositores estiveram presentes cerca de 12 produtores, muitos dos quais também produtores florestais.

Sendo o Montado, e, consequentemente, a rolha, o elemento essencial de ligação, faz sentido a promoção de um produto com visibilidade além fronteiras como o vinho, aliás, garante essencial da sustentabilidade da cortiça portuguesa.

- Abordando o tema “No Centro do Mundo ...da Cortiça”, e no âmbito das comemorações dos 25 anos da APFC, promovemos um debate audaz, sobre os desafios da fileira. No Mercado e na Indústria com António Rios de Amorim, ficamos a conhecer o estado e ponto de situação do mercado e perspectivas futuras face às novas áreas de inovação nas áreas da Produção e no Território, António Gonçalves Ferreira, apresentou a perspectiva da produção, salientando as várias pressões a que atualmente a gestão de um Montado de sobre está sujeita, competindo economicamente com as outras espécies florestais, e sobretudo, quantificou, enumerou e apresentou soluções viáveis para a sustentabilidade do Montado Português.

Após as intervenções do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e do Presidente da CAP - Eduardo Oliveira e Sousa, seguiu-se uma mesa redonda tendo como tema “O Sobreiro Árvore Nacional - Uma Aposto Definitiva”, com o enquadramento de Francisco Gomes da Silva e moderação da jornalista e Diretora da revista Vida Rural - Isabel Martins que em diálogo conjunto com várias entidades: UNAC- Paulo Tenreiro; APCOR -Joaquim Lima e INIAV -Nuno Canada, abordaram a problemática da sustentabilidade da Árvore Nacional face às pressões territoriais, sociais, ambientais e económicas.



Ainda no decorrer deste debate, a APFC distinguiu e premiou, por ocasião dos seus 25 anos, várias personalidades que se destacaram ao longo deste quarto de século. Pessoas singulares que mantiveram e influenciaram de forma muito positiva a atuação da associação em diversas áreas, posicionando-a como uma das associações de referência da Fileira Florestal Portuguesa.

Na área da Investigação - Professora Doutora Margarida Tomé - ISA (Representada no evento pela Dra. Joana Paulo)

Na área da Indústria: Dr. António Rios de Amorim

Na área da política - Prof. Dionísio Mendes, Presidente da Câmara do Município de Coruche no período entre 2002 e 2013

Na área da produção - Eng. António Alberto Gonçalves Ferreira

PREÇOS DE PRODUTOS FLORESTAIS

Produtos não lenhosos

CORTIÇA	TIPO	PREÇO	BARÓMETRO
Preços à porta da Fábrica (fardos)	Rolhável	4,06€/kg	Cortiça da Campanha 2017 completamente escoada. Preços médios de venda superiores ao ano passado.
	Delgada	2,20€/kg	
	6 ^{os} para Granular Refugo	0,70€/kg	

Prémio à Cortiça certificada + 0,50 €/t

PINHA	PREÇO	BARÓMETRO
Pinha Colhida	0,60 a 0,83€/Kg*	Campanha 2017/2018 a iniciar já com alguns negócios realizados.

*Preço da campanha 2016/2017

Produtos lenhosos

MADEIRA DE EUCALIPTO	PREÇO	PREÇO	BARÓMETRO
Em pé	30-32€/m ³	27-29€/ton	Procura estável. Preços sem alterações.
À porta da fábrica (Setúbal)	Com casca 45€/m ³	41€/ton	

Prémio à madeira de Eucalipto certificada +4€/m³

MADEIRA DE PINHEIRO BRAVO	PREÇO NA FÁBRICA	PREÇO EM PÉ	BARÓMETRO
Faxina (diâmetro 4 a 14 cm)	28-32 €/ton	12-17 €/ton	Preço de madeira de serração estável. Preço de madeira de faxina em depreciação resultado da menor procura da indústria de pellets.
Rolaria (diâmetro > 14 cm)	50-55€/ton	35-40 €/ton	
Postes para tratar (>5m)	75-80 €/ton	55-60€/ton	
Varas para tratar (<5m)	75 €/ton	35-40€/ton	

Prémio à faxina de Pinheiro Bravo certificada +4€/m³

Lenhas	PREÇO	
Sobreiro	Em pé	27,5€/ton
	Sem falca	40-45€/ton
Pinheiro Manso	Em parque	28-30€/ton
	Em pé / no campo	10-12€/ton
Biomassa	Em pilha	7-10€/ton
	Na fábrica	27€/ton